

SITAWI

Relatório do auditor Independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

SITAWI

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos superávits do exercício

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Diretores da  
SITAWI  
Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SITAWI ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SITAWI, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2017

# SITAWI

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota				Nota		
	Explicativa	2016	2015		Explicativa	2016	2015
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.833.709	2.056.901	Obrigações trabalhistas	10	6.324	30.351
Contas a receber	4	84.210	-	Obrigações tributárias	11	3.193	7.662
Empréstimos sociais e ambientais	5	679.659	763.392	Outras contas a pagar	12	2.065	67.468
Impostos e contribuições a recuperar		-	36.271	Obrigações com repasses	13	3.187.954	2.116.768
Despesas antecipadas	6	5.989	-			3.199.536	2.222.249
Outros créditos	7	4.752	-				
		3.608.319	2.856.564	<b>Patrimônio líquido</b>	14		
				Fundo social		1.090.057	1.059.629
<b>Não circulante</b>						1.090.057	1.059.629
Empréstimos sociais e ambientais	5	596.557	412.184				
Depósitos e cauções	8	29.154	-				
		625.711	412.184				
<b>Imobilizado</b>	9	55.563	13.130				
		55.563	13.130				
<b>Total do ativo</b>		<u>4.289.593</u>	<u>3.281.878</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>4.289.593</u>	<u>3.281.878</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SITAWI

## Demonstrações dos superávits do exercício

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Receita operacional líquida			
Receita de serviços	18	288.849	307.140
Receita de doações	15	1.160.781	1.253.847
Receita líquida c/ empréstimos	15	61.778	159.522
Contribuição Filantrópica de fundos	15	191.552	96.407
		<u>1.702.960</u>	<u>1.816.916</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesa com pessoal	16	(538.686)	(442.472)
Despesas gerais e administrativas	17	(1.196.245)	(992.029)
Outras receitas (despesas) operacionais		(90)	-
		<u>(1.735.021)</u>	<u>(1.434.501)</u>
Resultado financeiro, líquido	19	86.011	68.030
		<u>86.011</u>	<u>68.030</u>
Superávit do exercício		<u><u>53.950</u></u>	<u><u>450.445</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SITAWI

## Demonstrações dos resultados abrangentes Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Reais)

---

	2016	2015
Superávit do exercício	53.950	450.445
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>53.950</u>	<u>450.445</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# SITAWI

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Reais)

	Fundo social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	422.044	216.619	638.663
Superávit do exercício	-	450.445	450.445
Outros	-	(29.480)	(29.480)
Incorporação ao patrimônio líquido	637.585	(637.585)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.059.629	-	1.059.629
Superávit do exercício	-	53.950	53.950
Outros	-	(23.522)	(23.522)
Incorporação ao patrimônio líquido	30.428	(30.428)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.090.057	-	1.090.057

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# SITAWI

## Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	53.950	450.446
Ajuste para conciliar o superávit do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação	6.027	2.067
Outros	(23.522)	(29.480)
Superávit do exercício ajustado	36.455	423.033
Variação nos ativos circulantes e não circulantes operacionais		
Impostos a recuperar	36.272	(11.300)
Contas a receber	(84.210)	-
Outros	(39.906)	-
Empréstimos sociais e ambientais	(100.640)	(381.031)
	(188.484)	(392.331)
Variação nos passivos operacionais		
Obrigações com repasses	1.071.186	748.403
Obrigações tributárias	(4.469)	(12.866)
Obrigações sociais e trabalhistas	(24.027)	30.093
Outras obrigações	(65.403)	60.116
	977.287	825.746
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	825.258	856.448
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado	(48.450)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(48.450)	-
Aumento líquido de caixa e equivalência de caixa	776.808	856.448
Caixa e equivalência de caixa no início do exercícios	2.056.901	1.200.453
Caixa e equivalência de caixa no final do exercícios	2.833.709	2.056.901
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	776.808	856.448

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Informações gerais

A SITAWI é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e sem filiação partidária ou religiosa, que trabalha no Brasil para desenvolver soluções financeiras para impacto social e ambiental há 10 anos. Desde 2010, a SITAWI mantém o certificado de Organização da Sociedade Civil (OSCIP) de interesse Público.

O trabalho da organização é desenvolvido em parceria com grupos e organizações locais com ou sem fins lucrativos que tenham como missão ter maior impacto social e ambiental.

A experiência indica que mais capital, mais tipos de capital e maior eficiência na alocação e uso do capital transformam mais vidas. Assim, a SITAWI trabalha também com famílias, empresas e instituições financeiras apoiando-as nas suas estratégias de alocação de recursos filantrópicos ou de investimento.

A finalidade da SITAWI, conforme seu Estatuto Social é “Promover o desenvolvimento econômico-social, por meio de auxílio creditício e orientação técnica e de gestão a organizações não-governamentais, micro e média empresas, associações, cooperativas e pessoas jurídicas similares, as quais pretendam implementar projetos de impacto social/ambiental significativo, e que se encontrem à margem do sistema financeiro nacional haja vista suas características, porte, risco de crédito e/ou ausência de garantias.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

### 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 - Entidades sem finalidade de lucros.

## 2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

### a. Moeda funcional

Ã administração da Entidade definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis).

### b. Caixa e equivalente de caixa

Inclui depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação, ou considerados de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou realização.

### c. Apuração das receitas e despesas

As despesas são registradas pelo regime de competência, as receitas provenientes de doações são registradas pelo regime de caixa, com exceção das receitas financeiras, que são registradas pelo regime de competência. O superávit referente às atividades da Entidade é incorporado ao patrimônio social somente ao termino de cada exercício social.

### d. Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido por depreciação calculada com base em taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens, pelo método linear.

O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM nº 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos membros, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

e. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

f. Superávit do exercício

É incorporado pelo patrimônio líquido no encerramento do exercício social.

g. Obrigações tributárias

A entidade é sem fins lucrativos e, portanto, goza da isenção do Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com o artigo 15 da lei nº9.532/97. É isenta também de outros tributos federais, como a COFINS e PIS.

h. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão registrados ao seu valor justo, acrescido quando aplicável pelos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Estão mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos financeiros, mensurados a valor justo no resultado e outros passivos financeiros.

i. Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Entidade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações Contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em Reais)

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Bancos conta movimento	1.345	31.845
Aplicações de liquidez imediata	2.832.364	2.025.056
	<u>2.833.709</u>	<u>2.056.901</u>

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondentes a quotas de Fundos de Investimentos que possuem liquidez imediata sem perdas dos juros transcorridos quando dos resgates. Todas as aplicações têm como referência para remuneração a variação Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 4. Conta a receber

	2016	2015
Natura Cosméticos	84.210	-
	<u>84.210</u>	<u>-</u>

## 5. Empréstimos sociais e ambientais

Refere-se à empréstimos de recursos para organizações com ou sem fins lucrativos com missão social ou ambiental, como por exemplo, saúde, moradia, educação, igualdade entre homens e mulheres, raças e etnias ou conservação de ecossistemas. A composição dos empréstimos, em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir.

	Taxa a.a	2016		2015	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cooperativa Agroindustrial	12,75	58.330	-	64.261	-
Solidarium	variável	84.930	-	169.861	84.929
Inova Urbis	14,25	29.010	-	51.803	-
Peabiru	11	-	-	20.990	-
Ecoservice	11	24.176	-	24.176	-
Ebenezer	variável	38.402	11.247	166.527	47.317
Flexmedical	variável	258.628	21.310	290.659	279.938
Feira Preta	variável	60.531	-	-	-
Inocas	variável	58.590	-	-	-
Alpha Lumen	variável	33.740	-	-	-
Cies	variável	58.297	156.480	-	-
Egalite	variável	-	407.520	-	-
PECLD		(24.975)	-	(24.885)	-
		<u>679.659</u>	<u>596.557</u>	<u>763.392</u>	<u>412.184</u>

Em 01 de junho de 2015, foi firmado um contrato entre a SITAWI e a Cooperativa Agroindustrial 8 de junho (Coperjunho). Com a finalidade da SITAWI financiar as atividades da coperjunho. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 75.000, para pagamento em dezoito parcelas, sendo que a última deve ser paga até 05 de janeiro de 2017, com juros de 12,75% ao ano.

Em 09 de agosto de 2013, foi firmado um contrato entre a SITAWI e a Solidarium Comercio de Artesanato Ético e Justo Ltda. Com a finalidade da SITAWI financiar as atividades da "Solidarium". O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 64.735, para pagamento oito parcelas, sendo que a última deve ser paga até 10 de março de 2014, com juros de 8,5% ao ano. Em 21 de dezembro de 2012, foi firmado um outro contrato entre a SITAWI e a Solidarium Comercio de Artesanato Ético e Justo Ltda. Com a finalidade da SITAWI financiar as atividades da Solidarium. Porém o desembolso apenas ocorreu em 15 de janeiro de 2013, esse contrato foi estabelecido no montante de R\$ 254.790, com a taxa SELIC, cuja amortização ocorrerá a partir de 2016.

Em 11 de setembro de 2014, foi firmado um contrato entre a SITAWI e o Instituto Peabiru. Com a finalidade da SITAWI financiar as atividades do Instituto Peabiru. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 55.100, para pagamento em dezoito parcelas, sendo que a última deve ser paga até 21 de março de 2016, com juros de 11% ao ano.

Em 01 de agosto de 2014, foi firmado um contrato entre a SITAWI e a A3S-Aquecimento Solar e Soluções Sustentáveis Ltda. (Ecoservice) com a finalidade da SITAWI financiar as atividades da Ecoservice. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 64.440, para pagamento em dezoito parcelas, sendo que a última deve ser paga até 21 de fevereiro de 2016, com juros de 11% ao ano.

Em 22 de dezembro de 2014, foram firmados contratos entre a SITAWI e a Associação Beneficente Ebenezer (Ebenezer) e entre a SITAWI e a Fleximedical Indústria e Comercio de Equipamentos Médicas Ltda (Fleximedical). Com a finalidade da SITAWI financiar as atividades das duas entidades. Até o 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 245.945 foi desembolsado para a Ebenezer e o montante de R\$ 194.370 foi desembolsado para a Fleximedical. Até 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 570.000, foi desembolsado para a Fleximedical. Os dois contratos têm pagamento em 36 parcelas, sendo que a última deve ser paga até 21 de dezembro de 2017 em ambos os casos. Os juros são de 11.75% ao ano com uma atualização a cada seis meses de acordo com a taxa SELIC.

Em 26 de novembro de 2015, foi firmado um contrato entre a SITAWI e a Inova Urbis Consultoria de Projetos Ltda. Com a finalidade da SITAWI financiar as atividades da Inova Urbis. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 51.808, para pagamento em sete parcelas, sendo que a última deve ser paga até 21 de junho de 2016, com juros de 14,25% ao ano.

## SITAWI

Notas explicativas da Administração às demonstrações Contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em Reais)

---

Em 28 de setembro de 2016, foram firmados contratos entre a SITAWI e a Feira Preta, com a finalidade da SITAWI financiar as atividades da Feira Preta. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 60.000,00, para pagamento em uma parcela em 21 de janeiro 2018.

Em 28 de setembro de 2016, foram firmados contratos entre a SITAWI e a Inocas, com a finalidade da SITAWI financiar as atividades da Inocas. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 58.000,00, para pagamento em uma parcela em 21 de maio 2017.

Em 16 de setembro de 2016, foram firmados contratos entre a SITAWI e a Alpha Lumem, com a finalidade da SITAWI financiar as atividades da Alpha Lumem. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 60.623,00, para pagamento em parcelas, sendo a última em 23 de fevereiro 2017.

Em 16 de setembro de 2016, foram firmados contratos entre a SITAWI e a CIES, com a finalidade da SITAWI financiar as atividades da CIES. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 200.000,00, para pagamento em 42 parcelas.

Em 22 de dezembro de 2016, foi firmado um contrato de empréstimo conversível com a Egalitê. A Egalitê inicialmente não pagará juros pelo recebimento deste empréstimo e, em contrapartida, a SITAWI deterá a opção de transformar este empréstimo em cotas de participação na Egalitê. O montante do empréstimo é de R\$ 400.000.

### 6. Despesas antecipadas

	2016	2015
Vale transporte	625	-
Vale refeição	737	-
Contribuição	4.627	-
	<u>5.989</u>	<u>-</u>

### 7. Outros créditos

	2016	2015
Adiantamento a fornecedores	4.752	-
	<u>4.752</u>	<u>-</u>

### 8. Depósito e cauções

	2016	2015
Depósito caução	29.154	-
	<u>29.154</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações Contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em Reais)

A rubrica refere-se a depósito caução de aluguel com a Poseydon Participações e Empreendimentos Ltda.

## 9. Imobilizado

	Taxa de depreciação	2015	Adição	Depreciação	2016
	%				
Equipamento de informática	20	276	19.161	(3.085)	16.352
máquinas e equipamentos	10	12.351	2.966	(1.491)	13.826
Móveis e utensílios	10	503	26.333	(1.451)	25.385
		<u>13.130</u>	<u>48.450</u>	<u>(6.027)</u>	<u>55.563</u>

Os bens do ativo imobilizado não são objeto de garantia.

## 10. Obrigações trabalhistas

	2016	2015
Salário a pagar	-	2.600
Provisão de férias	4.634	-
Encargos de férias	1.552	-
INSS a pagar	138	10.663
Autônomo a pagar	-	16.896
Irrf de pró-labore a recolher	-	99
Contribuição Assistencial a recolher	-	93
	<u>6.324</u>	<u>30.351</u>

## 11. Obrigações tributárias

	2016	2015
IRRF PJ	163	68
IRRF empréstimos	8	5.348
PCC	611	282
ISS	1.800	450
IOF	-	1.514
ISS retido	611	-
	<u>3.193</u>	<u>7.662</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações Contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em Reais)

## 12. Outras contas a pagar

	2016	2015
Adiantamento de clientes	-	66.858
Reembolso despesas	-	610
Contas a pagar	2.065	-
	<u>2.065</u>	<u>67.468</u>

## 13. Obrigações com repasses

Refere-se as obrigações com repasse de recursos financeiros aos parceiros conforme acordo em contrato de parceria entre as partes, a composição desses repasses estão demonstrados a seguir:

	2.016	2.015
Família C	1.515.207	1.334.049
Dá Pé	37.709	80.000
Projeto Fundo Mais Unidos	838.924	599.981
Sou Minas - Projeto Mariana	-	102.738
Fundação BMW	229	-
Fundo Ellen Macarthur	262.631	-
Sistema B	317.713	-
Ford Foundation	108.794	-
Caf Rio + B	5.998	-
Fundo FIIMP	100.749	-
	<u>3.187.954</u>	<u>2.116.768</u>

O fundo social Família C iniciou suas operações em 06 de dezembro de 2012, cuja duração estabelecida é de cinco anos. Os recursos aplicados poderão ser utilizados para realização de contratos de mútuo, pagamento de despesas, aquisição e cessão de equipamentos, contratos de performance, consultoria pagamento de bolsas.

Dá Pé - Movidos pelo desejo de reflorestar o Brasil, o programa "Um Pé de Quê?", criado e produzido pela Pindorama Filmes e Canal Futura e apresentado por Regina Casé, lançou, em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, o crowdfunding "Dá Pé". Para captação de recursos para plantio de, inicialmente, 20 mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica, recuperando 1,33 Km de matas ciliares do Rio Una, na bacia do Rio Paraíba do Sul, que abastece os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O fundo Mais Unidos tem contrato renovado anualmente com cada participante do fundo, os valores recebidos pela SITAWI devem ser utilizados, exclusivamente, para repasse para programas definidos pelo “Grupo + Unidos” e para gastos próprios, conforme definido pelo Comitê Gestor. O programa atualmente aprovado é o “Unido pela Amazônia”. A meta para reversão anual para apoio administrativo financeiro é de 4,7% dos recursos recebidos no ano-calendário.

O Fundo BMW iniciou suas operações em 01 de novembro de 2014. O contrato foi firmado no valor de R\$ 71.980, para aplicar exclusivamente no apoio das atividades da Fundação BMW no Brasil em 2014.

Sou Minas - Em dezembro de 2015, artistas como Caetano Veloso, Criolo, Maria Gadú e Tulipa Ruiz se reuniram em shows beneficentes para auxílio às famílias impactadas pelo rompimento das barragens em Mariana-Minas. As apresentações reuniram mais de 13 mil apoiadores da causa e o valor dos ingressos foi destinado ao Fundo Filantrópico SouMinasGerais, gerido pela SITAWI Finanças do Bem. Foram arrecadados R\$ 450 mil, direcionados ao projeto colaboradores RiodeGente, uma pesquisa independente, coordenada pelo Greenpeace, para mensurar os impactos da catástrofe e apontar soluções para a reconstrução da Bacia do Rio Doce, em Minas Gerais.

Ford Foundation - Nuvem - A Nuvem é uma estação rural voltada para experimentação, pesquisa e criação vinculada à tecnologia e à sustentabilidade. A SITAWI desempenha a gestão financeira da doação da Fundação Ford para o desenvolvimento das atividades do projeto.

Ford Foundation - Fórum Justiça - Com apoio da Ford Foundation, o Fórum Justiça tem como objetivo discutir a política pública de justiça. O debate em torno de um sistema de justiça democrático é levado a cabo tendo em conta o contexto latino-americano e as dimensões de reconhecimento e redistribuição. A iniciativa foi contemplada com 200 mil dólares para executar suas atividades ao longo de dois anos.

O Rio+B é um projeto que incentiva empresas e redes de negócios a avaliarem e tomarem consciência de seu impacto socioambiental, visando engajar a iniciativa privada na agenda de sustentabilidade da cidade do Rio de Janeiro. Realizado pelo Sistema B, em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Fundação Ellen MacArthur, o projeto faz uso de ferramentas mundialmente reconhecidas, gratuitas e online para avaliação de impacto socioambiental nas organizações da região metropolitana do Rio de Janeiro.

A Ellen MacArthur Foundation (EMF) é uma fundação inglesa com objetivo de inspirar uma geração a repensar, redesenhar e construir um futuro positivo através da transição para uma economia circular, regenerativa e restaurativa. Para isso, estabeleceu o Circular Economy 100 (CE100), um programa de inovação e colaboração pré-competitiva para ajudar organizações a desenvolverem novas oportunidades e realizarem as suas ambições na economia circular mais rapidamente. Em uma única plataforma, promove o encontro de corporações, governos e cidades, instituições acadêmicas, inovadores emergentes e afiliados. Em 2015, a EMF lançou, no Brasil, a primeira rede local do programa, a CE100 Brasil, criando um fundo com a SITAWI para a gestão financeira do programa brasileiro.

O FIIMP - Fundações e Institutos de Impacto foi inspirado pela recomendação nº 2 da Força Tarefa de Finanças Sociais, que trata do protagonismo dos Institutos e Fundações. A sugestão é que realizem doações e investimentos para viabilizar iniciativas piloto e inovadoras do campo de Finanças Sociais e Negócios de Impacto. O grupo atua de forma independente, com uma estrutura de governança própria, e acredita que colaborativamente pode influenciar o campo das finanças sociais e aumentar os recursos disponíveis para negócios socioambientais, inspirando outros atores sociais a também fazê-lo.

Fazem parte deste coletivo: Childhood, Fundação BMW, Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, Fundação Lemann, Fundação Otacílio Coser (FOCO), Fundação Raízen, Fundação Telefônica Vivo, Fundação Tide Setúbal, Fundo Vale, Instituto Ayrton Senna, Instituto Coca-Cola Brasil, Instituto Cyrela, Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), Instituto EDP, Instituto Holcim, Instituto InterCement, Instituto Phi, Instituto Sabin, Instituto Samuel Klein, Instituto Vedacit, Instituto Votorantim e Oi Futuro.

Sistema B - Fundo constituído a partir de doação da BMW Foundation para apoiar as operações do Sistema B no Brasil.

#### 14. Patrimônio Líquido

É constituído pelos recursos totalmente integralizados oriundos de doação inicial e pelo superávit inerente às atividades da Entidade, apuração ao término de cada exercício social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações Contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em Reais)

## 15. Subvenções particulares

Registram os recursos recebidos de doações pelas SITAWI para a realização de suas despesas-fins (doações) e suas despesas complementares:

	2016	2015
Doações	1.160.781	1.253.847
Receita líquidas c/empréstimos	61.778	159.522
Contribuição Filantrópica de fundos	191.552	96.407
	<u>1.414.111</u>	<u>1.509.776</u>

As reversões de fundos referem-se a montantes que a SITAWI reverte para utilização em suas finanças provenientes dos valores recebidos dos fundos sociais, tomando por base o contrato celebrado com cada fundo, esses recursos são utilizados para manutenção das atividades operacionais da SITAWI.

## 16. Despesas com pessoal

	2016	2015
Pró-Labore	245.775	263.726
Salários	39.828	24.315
Férias	7.601	2.580
13o. Salário	3.475	2.903
Estagiários	127.350	51.510
Seleção e treinamentos	4.645	-
Gratificações	12.566	-
Seguro de vida	179	151
Vale transporte	6.366	2.583
Prog. alimentação trabalhador	7.571	3.995
Assistência médica	14.080	8.507
INSS	10.222	62.819
FGTS	3.183	2.047
Encargos s/ férias	2.546	-
Encargos s/13o. salário	1.164	-
PIS s/ folha	463	256
INSS s/ pró-labore	51.668	-
Renumeração autônomos	-	17.080
	<u>538.686</u>	<u>442.472</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações Contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em Reais)

## 17. Despesas administrativas

	2016	2015
Aluguel - diversos	751	-
Aluguel e condomínio	143.948	80.656
Assinaturas e publicações	3.184	-
Condução	22.779	-
Manutenção, conservação e reparos	24.032	-
Depreciações e amortizações	6.027	2.667
Despesas c/ bens permanentes	6.440	9.122
Despesas c/ comunicação	9.415	7.297
Despesas c/ veículos	154	-
Despesas diversas	3.413	17.560
Despesas legais	4.100	-
Frete e carretos	3.199	-
Impostos, taxas e contribuições	6.905	17.373
Luz	13.387	4.895
Material/Suprimento de escritório	6.526	911
Seguros	1.875	-
Serviços prestados - PF	8.669	58.677
Serviços prestados - PJ	710.676	510.908
Viagens e estadias	163.141	121.439
Refeições e lanches	31.700	22.428
Correios e malotes	1.074	2.079
Serviços gráficos	2.776	-
Brindes	500	90.460
Contribuição sindical	10.048	645
INSS autônomos	1.677	-
IPTU	9.849	-
Eventos e promoções	-	1.373
Consultorias	-	12.667
Custo de computação	-	5.012
Copa	-	975
Perda em créditos	-	24.885
	<u>1.196.245</u>	<u>992.029</u>

## 18. Receitas de serviços prestados

Registra basicamente as receitas com consultorias prestadas em 2016 no montante de R\$ 288.849 (R\$ 307.140 em 2015).

Notas explicativas da Administração às demonstrações Contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em Reais)

## 19. Resultado financeiro, líquido

	2016	2015
Receitas financeiras		
Juros ativos	18	1.931
Descontos obtidos	253	-
Rendimentos de aplic. financeiras	104.467	73.531
	<u>104.738</u>	<u>75.462</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(199)	(256)
Descontos concedidos	(2)	-
Despesas bancárias	(1.502)	(1.350)
IR s/ aplicação financeira	(16.237)	-
Despesas com multas	(193)	-
Variação monetária passiva	-	(4.284)
IOF	(594)	(1.542)
	<u>(18.727)</u>	<u>(7.432)</u>
	<u>86.011</u>	<u>68.030</u>

## 20. Imunidade IRPJ

A SITAWI, por sua finalidade e objetivos e, mediante artigo 170 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), não está sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. A organização apresenta anualmente a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - ECF.

## 21. Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da Entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, contas a receber e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

#### 21.1. Estrutura do gerenciamento de risco

A Entidade avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

#### 21.2. Risco de credito

Risco de credito é o risco de déficit financeiro da Entidade caso uma contraparte em qualquer dos instrumentos contratuais falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos seus recebíveis. Historicamente a Entidade não tem sofrido perdas relevantes decorrente da falta de cumprimento de obrigações financeiras com seus financiadores.

#### 21.3. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldade em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a recuperação da Entidade.

#### 21.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros das aplicações, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha.

### 22. Contingências

A Entidade em curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por técnicos especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações Contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em Reais)

---

Em 31 de dezembro de 2016, com base na opinião de seus assessores legais, não existem ações em andamento, portanto, não há valores dessa natureza a serem provisionados.

23. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.